



PARTE 2

# CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA 2021

- Políticas Públicas
- Governança Corporativa



CAPÍTULO 1

# POLÍTICAS PÚBLICAS

## Identificação Geral

102-1, 102-2, 102-3, 102-5

Em conformidade com o art. 8º, incisos I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e art. 13, incisos I, III e VIII, § 1º e § 2º, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2021.

**CNPJ:** 00.360.305/0001-04

**NIRE:** 5350000038-1

**Sede:** Brasília/DF

**Tipo de estatal:** Empresa Pública

**Acionista controlador:** União

**Tipo societário:** Instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de natureza jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Economia (Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 – Constituição da empresa pública Caixa Econômica Federal).

**Tipo de capital:** Fechado

**Abrangência de atuação:** Internacional

**Setor de Atuação:** Financeiro/Bancos

### Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

Luiz Felipe Figueiredo de Andrade

Diretor Executivo de Finanças e Relação com Investidores  
defin@caixa.gov.br

### Auditores independentes atuais da Empresa: .KPMG

Responsável: Pedro Machado

Telefone: (61) 99967 0650

E-mail: pmachado@kpmg.com

### .PwC

Responsável: Carlos Augusto da Silva

Telefone: (31) 99171 6715

E-mail: carlos\_augusto.silva@pwc.com

### Conselheiros de Administração Subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

- Rogério Rodrigues Bimbi – Presidente do Conselho de Administração
- Pedro Duarte Guimarães – Presidente da CAIXA
- Carlos Roberto de Albuquerque Sá – Conselheiro
- Istvan Karoly Kasznar – Conselheiro
- Marcelo de Siqueira Freitas – Conselheiro
- Maria Rita Serrano – Conselheira Representante dos Empregados
- Pricilla Maria Santana – Conselheira

Data da divulgação: 31/05/2022



## Interesse Público Subjacente às Atividades Empresariais

Somos o Banco de Todos os Brasileiros e, desde nossa criação por Dom Pedro II em 1861, atuamos como principal agente de políticas públicas e parceira estratégica do Estado brasileiro.

Constituída como instituição financeira sob a forma de empresa pública pelo Decreto-Lei nº 759, em 12 de agosto de 1969, com a finalidade de a) receber em depósito, sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança; b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos; c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de sua casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população; d) explorar, com exclusividade, os servi-

ços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal, nos termos da legislação pertinente; e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade; e f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Estamos presentes em todo o Brasil e geramos valor com impacto direto na vida dos cidadãos brasileiros. No ano de 2021, mantivemos nossa atuação na inclusão bancária da população, com destaque para o pagamento do benefício do Auxílio Emergencial, estendido para 2021 em decorrência da segunda onda da pandemia da covid-19 e do programa Auxílio Brasil, que unifica políticas sociais e oferece emancipação às famílias em situação de vulnerabilidade social. Além dos programas sociais e de transferência de renda, atuamos em setores como habitação, saneamento básico, infraestrutura e prestação de serviços, além da operação de programas sociais e de transferência de renda.

## Atividades Desenvolvidas em Atendimento às Políticas Públicas

Atuamos como instituição financeira e como instituição mandatária da União na operacionalização de diversos produtos e programas governamentais voltados à promoção de políticas públicas.

Como principal executora de políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal, atuamos como agente operador e de pagamento de Benefícios Sociais e de Programas ao Trabalhador, Novo FIES, INSS e gestão do Cadastro Único.

Os investimentos realizados pelos entes públicos, sejam com recursos dos repasses da União, sob nossa orientação e acompanhamento técnico, ou através das linhas de crédito para Pessoa Jurídica Pública por nós operadas, têm impacto direto na qualidade de vida da população brasileira. As intervenções incluem iniciativas de preservação do meio ambiente, melhoria das condições de saneamento e saúde pública, ampliação do transporte público e da mobilidade urbana, melhoria das condições de segurança e acesso a equipamentos comunitários, qualificação das condições de habitação, regularização fundiária e linhas de crédito para investimentos em modernização e qualificação da gestão pública.

Contamos com fontes de recursos governamentais e próprios para exercer nossa função de agente executor de políticas públicas. Oferecemos linhas de crédito para o Setor Público que contribuem para a melhoria das condições de vida da população, proporcionando geração de empregos e de renda, por meio dos projetos de saneamento, geração de energia, iluminação pública, pavimentação, dentre outros.

### Benefícios Sociais

FS7

Atuamos na operacionalização dos programas emergenciais do Governo Federal, bem como de programas regionais emergenciais de transferência de renda, sendo essa uma das principais ações de enfrentamento aos impactos ocasionados pela pandemia da covid-19.

Como principal parceiro do Governo como agente de políticas públicas, além dos benefícios emergenciais, somos responsáveis pela operacionalização de diversos outros benefícios, programas sociais e ao trabalhador, que contribuem para a redução das desigualdades sociais e são essenciais para a manutenção da dignidade

humana, principalmente nesse momento de emergência de saúde pública mundial relacionada à pandemia.

Em 2021, por meio de nossos canais de atendimento próprios ou da rede parceira, realizamos o pagamento de programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em todos os municípios brasileiros, totalizando R\$ 250,4 bilhões em benefícios pagos, incluídos os benefícios emergenciais.

Segue a descrição dos principais programas operados e ações realizadas em 2021.

## BENEFÍCIOS EMERGENCIAIS

### Auxílio Emergencial 2021

Em 18 de março de 2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.039, que institui o programa de transferência de renda Auxílio Emergencial 2021 autorizando o pagamento de quatro parcelas desse novo benefício.

Para o Auxílio Emergencial 2021 não foi necessária a realização de um novo cadastro. A seleção foi realizada a partir do público que recebeu o Auxílio Emergencial ou Auxílio Emergencial Extensão.

A partir de 6 de abril de 2021, iniciamos a operação de pagamento desse benefício. Com a experiência adquirida no ano anterior, o calendário foi definido para que o atendimento continuasse ocorrendo de forma organizada e sem aglomeração, atendendo às medidas de segurança sanitária necessárias para o momento.

Em 5 de julho de 2021, por meio do Decreto nº 10.740, o Programa Auxílio Emergencial 2021 foi prorrogado, permitindo o pagamento de três parcelas adicionais, de maneira que essa política pública perfizesse um total de sete parcelas durante o ano de 2021.

Foram pagas em 2021 258 milhões de parcelas do Auxílio Emergencial, para 39,6 milhões de beneficiários, no montante de R\$ 60,3 bilhões em benefícios pagos.

### Novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda – Novo BEm

Nos termos da Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021, foram iniciados os pagamentos do Novo Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda 2021(Novo BEm), no dia 28 de maio de 2021.

Em 2021, foram realizados 5,2 milhões de pagamentos para 1,6 milhão de beneficiários, o que corresponde ao montante de R\$ 4,4 bilhões em benefícios pagos.

## Antecipação do calendário do Abono Salarial

Conforme determinação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), por meio da Resolução nº 895/2021, houve antecipação do calendário de pagamentos do benefício. Os trabalhadores cujos pagamentos do Abono Salarial estavam previstos para o mês de março foram autorizados a efetuar o saque do benefício em fevereiro de 2021.

A ação de antecipação contemplou 3,8 milhões de trabalhadores nascidos nos meses de maio e junho, no montante de R\$ 3,1 bilhões. A ação de antecipação buscou reduzir os impactos financeiros causados pela pandemia da covid-19.

## Programas Regionais Emergenciais de Transferência de Renda

Tendo em vista a situação de vulnerabilidade social da população, agravada pela pandemia do novo Coronavírus, foram identificadas demandas dos estados e municípios para realização de pagamento de Programas Regionais Emergenciais de Transferência de Renda.

Para atender a essa necessidade, oferecemos solução ágil que viabilizasse o pagamento dos benefícios instituídos pelos Entes Públicos. Os pagamentos foram realizados por meio da conta Poupança Social Digital, aberta automaticamente em nome do beneficiário, e, para movimentação dos valores, foi disponibilizado o aplicativo CAIXA Tem que permitiu a realização de transações sem a necessidade de comparecimento do beneficiário a um canal físico da CAIXA.

Além dos benefícios emergenciais federais, também realizamos o pagamento de 50 benefícios regionais emergenciais de enfrentamento à pandemia ou de situações de vulnerabilidade social, apresentados na figura a seguir.





Em 2021, foram pagas 3,7 milhões de parcelas desses benefícios, no montante de R\$ 1,2 bilhão.

## Cadastro Único

Contratados pelo Ministério da Cidadania, mantemos o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, que é composto do conjunto de informações capazes de identificar e caracterizar as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

O Cadastro Único é uma ferramenta de apoio à formulação e à implementação de políticas públicas com objetivo de promover a melhoria de vida dessas famílias, na medida em que reúne um conjunto de dados que permite aos gestores o conhecimento das vulnerabilidades a que as populações pobre e extremamente pobre estão expostas.

A partir das informações do Cadastro Único é possível gerar a folha de pagamento de programas de transferência de renda como o Auxílio Brasil, além de outros programas de iniciativa estadual, municipal e federal.

Em dezembro de 2021, a base do Cadastro Único apresentou dados consolidados de 32,5 milhões de famílias cadastradas, contemplando 81,7 milhões de pessoas.

## Programas de Transferência de Renda

Em 2021, por meio de nossos canais de atendimento próprios ou da rede parceira, realizamos o pagamento de programas sociais, benefícios ao trabalhador e benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em todos os municípios brasileiros, totalizando R\$ 250,4 bilhões em benefícios pagos, incluídos os benefícios emergenciais.

## Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil

Atuamos como agente operador do Programa Bolsa Família desde sua criação. Criado com o objetivo de garantir às famílias em situações de pobreza ou de extrema pobreza o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde, o Bolsa Família beneficiou, em média, 14,7 milhões de famílias mensalmente em todo o Brasil.

Em 2021, foram pagas 74,4 milhões de parcelas do Bolsa Família, no montante R\$ 16,0 bilhões.

De abril a outubro de 2021, em decorrência das medidas de enfrentamento à pandemia causada pelo novo coronavírus (covid-19), aproximadamente 10 milhões de famílias do Programa migraram para o Auxílio Emergencial 2021.

A partir novembro de 2021, em decorrência da publicação da Medida Provisória nº 1.061 de 9 de agosto de 2021, foi criado o Programa Auxílio Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família.

O Auxílio Brasil é um programa de transferência de renda destinado às famílias que se encontram em situações de pobreza ou de extrema pobreza em todo o país e tem como principais objetivos: promover a cidadania com garantia de renda e apoiar, por meio dos benefícios oferecidos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a articulação de políticas voltadas aos beneficiários, com vistas à superação das vulnerabilidades sociais das famílias.

Exercemos o papel de agente operador do benefício e, a partir de novembro de 2021, iniciamos os pagamentos a 14,5 milhões de famílias, totalizando o montante de R\$ 9,0 bilhões em benefícios disponibilizados.

O pagamento do Auxílio Brasil é realizado mensalmente, conforme calendário de pagamentos, por meio das seguintes modalidades: crédito em conta poupança digital, crédito em conta Poupança CAIXA Fácil e saque com o cartão do programa.

Para operação e pagamento do Programa Bolsa Família e Auxílio Brasil, a CAIXA disponibilizou central de atendimento ao beneficiário, que atendeu 32,5 milhões de ligações em 2021, sendo que 1,9 milhão (aproximadamente 6%) foram atendidas por operadores e 30,6 milhões (94%) das ligações foram atendidas por meio da Unidade de Resposta Audível (URA).

## Programa Auxílio Gás dos Brasileiros

Em 19 de novembro de 2021, a Lei nº 14.237 instituiu o Auxílio Gás dos Brasileiros, programa federal de transferência de renda que tem por objetivo mitigar o impacto econômico do aumento do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) no orçamento das famílias de baixa renda.

Esse benefício concede um auxílio financeiro bimestral equivalente ao valor de meio botijão de GLP, a ser pago às famílias de baixa renda que atendam aos critérios legais.

Em dezembro de 2021, o benefício foi pago pela CAIXA para 66,5 mil famílias dos municípios atingidos pela chuva nos estados de Minas Gerais e Bahia, no valor total de R\$ 3,5 milhões.

## Demais Programas de Transferência de Renda

Em 2021, além dos programas de transferência de renda mencionados, também realizamos a operação de pagamento dos programas federais De Volta Para Casa, Fomento e PETI.

Nos estados, Distrito Federal e municípios, houve execução de operações de pagamento dos programas estaduais e municipais continuados de transferência de renda com a participação da CAIXA:

Abono Natalino da Paraíba (PB)

Bolsa Escola do Ipojuca (PE)

Cartão Família Carioca (RJ)

Criança Alagoana (AL)

Nota Fiscal Solidária (PE)

Bolsa Alfa (DF)

Bolsa Família Mun. Consorciada – Manaus (AM)

DF sem Miséria (DF)

Família Paranaense (PR)

Incluir Capixaba de Combate à Pobreza (ES)

Nova Lima (MG)

Primeiro Passo Salvador (BA)

O pagamento desses benefícios totalizou, em 2021, 4,5 milhões de parcelas, no montante de R\$ 528,5 milhões.

## Capacitação de Operadores do Cadastro Único e SIBEC

A capacitação de Entes Públicos está contemplada no contrato do Programa Auxílio Brasil entre a CAIXA e o Ministério da Cidadania e tem como objetivo

orientar os empregados das prefeituras para a correta operação do Cadastro Único e do Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC) e melhor atendimento ao cidadão.

Em decorrência da implantação da nova versão do SIBEC e da manutenção das condições sanitárias e de saúde provocadas pandemia do covid-19, a CAIXA disponibilizou solução até então inovadora para esse tipo de capacitação, com a utilização de recursos e metodologia online para esse fim.

Em 2021, disponibilizamos a capacitação a todos os municípios do Brasil para aprenderem a operacionalizar o novo sistema SIBEC, realizando 135 turmas, para aproximadamente 7.200 participantes e contando com o envolvimento de 74 instrutores CAIXA nas ações.

## Benefícios ao Trabalhador

Os programas destinados ao trabalhador, em 2021, foram responsáveis por 38,8 milhões de pagamentos de benefícios, no montante de R\$ 45,5 bilhões, distribuídos entre Seguro Desemprego, Abono Salarial, Bolsa Atleta, Garantia Safra e Chapéu de Palha.

### Abono Salarial

Instituído pela Lei nº 7.998/90, o Abono Salarial é um benefício com valor de até um salário mínimo, pago conforme calendário anual estabelecido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) aos trabalhadores que satisfaçam os requisitos previstos em lei.

O calendário de pagamentos 2020-2021 do Abono Salarial encerrou em 30 de junho de 2021. Em 2021 pagamos 11,3 milhões de benefícios, no montante de R\$ 9,3 bilhões, considerando, inclusive, a ação de antecipação de calendário.

Conforme Resolução nº 896/2021 do CODEFAT, para os próximos anos, o Abono Salarial será pago de acordo com calendário de pagamento anual estabelecido no mês de janeiro de cada exercício.

### Seguro-Desemprego

O Seguro-Desemprego é um benefício garantido constitucionalmente que oferece auxílio em dinheiro, por um período determinado, ao trabalhador demitido sem

justa causa, ao pescador profissional durante o período do defeso, ou ao trabalhador resgatado da condição análoga à escravidão.

Atuamos como agente pagador do benefício Seguro-Desemprego, proporcionando ao trabalhador receber o seu benefício em todos os canais, tais como agências, unidades lotéricas, correspondentes bancários e terminais de autoatendimento, além de efetuar o pagamento direto na conta do beneficiário.

Em continuidade às ações de inclusão digital e bancária dos beneficiários de programas sociais, a partir de abril de 2021, a CAIXA iniciou o pagamento do Seguro-Desemprego através do crédito do benefício na conta Poupança Social Digital, além dos demais canais utilizados para pagamento.

Em 2021, a CAIXA realizou pagamento de 26,7 milhões de parcelas, no montante de R\$ 35,5 bilhões transferidos aos trabalhadores.

### Demais benefícios ao trabalhador

Em 2021, além dos benefícios ao trabalhador acima mencionados, também realizamos a operação de pagamento dos programas federais Bolsa Atleta e Garantia Safra.

O Bolsa Atleta tem como objetivo garantir auxílio financeiro aos atletas de alto rendimento para que eles se dediquem ao treinamento esportivo e possam participar de competições que permitam o desenvolvimento de suas carreiras.

Criado em 2002, o benefício Garantia Safra garante condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico.

Também permanecemos como agente pagador do benefício Chapéu de Palha, instituído pelo Governo de Pernambuco, com o objetivo de combater os efeitos do desemprego decorrentes da entressafra da cana-de-açúcar e da fruticultura irrigada e das condições adversas para a pesca artesanal.

Em 2021, foram pagos 879,3 mil parcelas, no montante de R\$ 708,4 milhões em benefícios.

## Pagamento de Benefícios Previdenciários do INSS

Atuamos como agente pagador dos benefícios previdenciários e assistenciais geridos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atendendo mensalmente a 6,1 milhões de cidadãos brasileiros, com participação de 16,7% do total de benefícios disponibilizados pelo INSS, ocupando o 3º lugar entre os bancos contratados para realizar os pagamentos.

Em 2021, foram realizados 73,7 milhões de pagamentos, no valor total de R\$ 113,5 bilhões.

## Aplicativos Auxílio Brasil e CAIXA Trabalhador

De forma a oferecer canais de atendimento digitais aos beneficiários dos programas sociais, disponibilizamos os aplicativos Auxílio Brasil e CAIXA Trabalhador.

Os aplicativos permitem que os beneficiários consultem informações dos programas, situação e valor das parcelas, calendários de pagamentos e demais informações relevantes do benefício.

Os aplicativos também possuem funcionalidades para não beneficiários, como dados sobre a rede de atendimento, calendário do Programa e informações gerais de acesso, e estão disponíveis para download gratuito, nas plataformas Android e IOS.

Em 2021, os dois aplicativos alcançaram 15,7 milhões de instalações.

## Novo FIES

O Novo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), destinado a estudantes selecionados pelo Ministério da Educação (MEC), é operado pela CAIXA na condição de Agente Operador, Agente Financeiro e Gestor do Fundo Garantidor, e abrange todas as contratações de financiamentos estudantis do FIES realizadas a partir de janeiro de 2018.

O Novo FIES alcançou, em 2021, o total de 265 mil estudantes atendidos, tendo sido celebrados 46 mil novos contratos, além de terem sido repassados encargos educacionais a mais de mil mantenedoras de institui-

ções de ensino superior, totalizando R\$ 2,37 bilhões de repasses efetuados.

Da carteira total do Novo FIES, 233 mil contratos estão em fase de utilização do financiamento, enquanto 31,2 mil se encontram na fase de amortização do contrato, na qual os estudantes começam a efetuar o pagamento do valor financiado.

## Desenvolvimento Social e Urbano

Como posicionamento de negócios de Governo, buscamos ser o principal agente de transformação social, por meio da implantação de programas sociais, disponibilização de serviços técnicos especializados e gerenciamento das disponibilidades financeiras dos segmentos federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, atuamos como agente operador e/ou de pagamento de Benefícios Sociais e de Programas ao Trabalhador, Novo FIES, INSS e gestão do Cadastro Único, reforçando nosso papel de principal executor de políticas públicas do Governo Federal.

Oferecemos linhas de crédito para o Setor Público que contribuem para a melhoria das condições de vida da população, proporcionando geração de empregos e renda, por meio dos inúmeros projetos de saneamento, geração de energia, iluminação pública, pavimentação, construção de escolas, creches e hospitais, que se concretizam com as modalidades ofertadas pelos produtos/programas.

Possuímos, ainda, a Estratégia de Negociação de Contrapartidas, voltada à negociação junto aos Entes Públicos das Folhas de Pagamento, Conta Única e Movimentação Financeira.

Quanto ao segmento Judiciário, buscamos ser o melhor parceiro na administração dos Depósitos Judiciais, Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. As ações são orientadas para criação de produtos e serviços inovadores, que proporcionem desde facilidade na realização do depósito judicial na CAIXA e agilidade no cumprimento das ordens de saque desses valores pelos vencedores da causa até gestão eficaz desses recursos pela Justiça e pelos Jurisdicionados.

Os investimentos realizados pelos Entes Públicos, seja com recursos dos repasses da União, sob orientação e acompanhamento técnico da CAIXA, ou através das linhas de Crédito para Pessoa Jurídica Pública, opera-

das pela CAIXA, se refletem diretamente na qualidade de vida da população brasileira. As intervenções têm impactos que vão desde a preservação do meio ambiente, melhoria das condições de saneamento e saúde pública, ampliação do transporte público e da mobilidade urbana, até melhoria das condições de segurança e acesso a equipamentos comunitários, qualificação das condições de habitação e regularização fundiária. Há ainda programas e linhas de crédito para investimentos em modernização e qualificação da gestão pública, que proporcionam maior eficiência na aplicação de recursos públicos.

No que tange às ações de enfrentamento da crise provocada pela atual pandemia, a partir da publicação da Lei Complementar nº 173/2020, mantivemos em 2021 o papel fundamental na orientação do cliente Governo quanto à possibilidade de reestruturação dos contratos, esclarecendo as alternativas que se estabeleceram desde carência adicional e/ou carência intermitente e/ou suspensão de pagamentos até 31/12/2020.

Apesar da reestruturação dos contratos, foram mantidos os desembolsos e houve flexibilização de exigências, que tiveram por objetivo viabilizar o acompanhamento das operações e manter os fluxos financeiros destes contratos, contribuindo para minimizar os impactos econômicos da pandemia. Ao adotar procedimentos que possibilitaram a continuidade das operações, viabilizamos que os Entes Públicos mantivessem seus compromissos, movimentando a economia e preservando empregos e renda, sem descuidar das orientações de saúde e distanciamento social recomendados. As medidas alternativas adotadas, tais como dispensa de visita técnica *in loco*, para fins de desembolso, prorrogação de prazo para comprovação do uso de recursos desembolsados, e permissão para assinatura de contratos de financiamento de forma 100% digital, mantendo-se a oferta de crédito aos Entes Públicos, otimizaram os processos sem comprometer a segurança das operações.

Dante de tantos temas, foi importante auxiliar os municípios na transição dos novos gestores que tomaram posse em 2021. Assim, foram realizadas visitas e reuniões com o(a) prefeito(a) e a sua equipe para apresentação de soluções de que a CAIXA dispõe para auxiliar na concretização dos planos de governo. Nestas reuniões também foram tratadas situações específicas de contratos de repasse e de crédito.

Durante estes eventos, constatou-se a necessidade da realização das Oficinas de Assistência Técnica gratuitas. As Oficinas gratuitas têm como objetivo desenvolver as equipes técnicas em temas como Financiamento, Parcerias Público-Privadas e Concessões, Repasse do Orçamento Geral da União (OGU) e Caixa Políticas

Públicas, e foram oferecidas ao longo de 2021 para os estados e municípios.

Para a operacionalização dos programas, serviços e produtos voltados ao cliente Governo, a CAIXA dispõe da Rede Executiva de Governo, composta por 48 unidades e 24 representações, totalizando 2.136 empregados. Com isso, tem-se a capilaridade adequada para atuar na promoção da transformação social e na implementação de políticas públicas do país, com ênfase na atuação em operações de financiamento à infraestrutura e saneamento, Caixa Políticas Públicas e o repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU aos estados e municípios.

## Linhos de Crédito com Recursos Caixa

### Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA)

Uma das principais linhas de crédito que ofertamos é o Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento (FINISA) – produto destinado ao financiamento de investimentos em saneamento e infraestrutura, por meio de apoio financeiro ao custeio de despesas de capital para estados, Distrito Federal e municípios – tem como escopo a atuação no financiamento de despesas classificadas como despesas de capital, previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do proponente, tais como:

- Amortização de dívidas contraídas junto à CAIXA;
- Construção de escolas;
- Contrapartida de programas de repasse e financiamentos com a CAIXA;
- Creches e hospitais;
- Geração de energia;
- Iluminação pública;
- Pavimentação;
- Projetos de água.

Essa linha de crédito contribui para a melhoria das condições de vida da população, proporciona geração de empregos e renda por meio dos inúmeros projetos que se concretizam com as modalidades ofertadas pelo produto.

No ano de 2021, foram contratadas 335 operações de crédito com estados e municípios no âmbito do FINISA, cujos valores somaram R\$ 5,5 bilhões, perfazendo uma carteira de 1.394 contratos com Saldo Gerador de Receita de R\$ 22,7 bilhões.

## Linhas de Crédito com Recursos do FGTS

Quanto às linhas de crédito com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), destacam-se as do Pró-Moradia, Pró-Cidades, Saneamento para Todos e Pró-Transporte.

### Pró-Moradia

O programa Pró-Moradia tem o objetivo de oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal preponderante de até 3 salários mínimos, por intermédio de financiamento a estados, municípios, Distrito Federal ou órgãos das respectivas administrações direta ou indireta.

Em 2021, foram contratadas duas operações de crédito nessa modalidade com estados e municípios, cujos valores somaram R\$ 80,7 milhões. A carteira possui 145 contratos com Saldo Gerador de Receita no valor de R\$ 2,0 bilhões.

### Pró-Cidades

O Pró-Cidades é uma linha de crédito para estados, municípios e Distrito Federal com recursos do FGTS, vinculada às políticas públicas de desenvolvimento urbano

no do Governo Federal/Ministério do Desenvolvimento Regional. As duas modalidades desse programa de financiamento são a reabilitação de áreas urbanas e a modernização tecnológica urbana, sendo a principal vantagem para o cliente a implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimento na melhoria do perímetro urbano das cidades, priorizando sua ocupação de maneira democrática. Em 2021, foi contratada uma operação de crédito com o município de Santo André – SP no valor de R\$ 27,4 milhões. Por ser um produto recém-criado, a carteira possui três contratos ativos ainda sem desembolsos.

### Saneamento para Todos

A linha de financiamento Saneamento para Todos visa promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população, urbana e rural, por meio de investimentos em saneamento, integrados com outras políticas setoriais, atuando com base em sistemas operados por prestadores públicos ou privados, em ações destinadas à universalização e à melhoria dos serviços públicos de saneamento básico. Em 2021, foram contratadas quatro operações de crédito com estados e municípios, cujos valores somaram R\$ 102,1 milhões. A carteira encerrou 2021 com 535 contratos com Saldo Gerador de Receita de R\$ 6,7 bilhões.

### Pró-Transporte

Ofertamos aos clientes Governo, também, o Pró-Transporte – programa que visa apoiar os setores público e privado na implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e de mobilidade urbana,



compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados, em alinhamento à Política Nacional de Mobilidade Urbana e à Política Socioambiental do FGTS, promovendo a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal, da qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais nas cidades brasileiras.

No ano de 2021, foram contratadas 13 operações de crédito com o Setor Público no âmbito do Pró-Transporte, totalizando o montante de R\$ 86,3 milhões.

A carteira encerrou 2021 com 857 contratos com Saldo Gerador de Receita de R\$ 15,6 bilhões.

## Transferência de Recursos da União

Somos contratados pelos Ministérios Gestores dos Programas do Governo Federal para atuar como instituição financeira mandatária da União na implementação de políticas públicas de repasse de recursos do Orçamento Geral da União (OGU).

Entre as modalidades de repasse, destacam-se as transferências constitucionais e legais de recursos da União a estados, municípios e Distrito Federal, para as quais atuamos na abertura e manutenção de contas específicas destinadas a abrigar os recursos repassados.

As transferências constitucionais dizem respeito às parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal e repassados aos municípios, conforme determinado na Constituição Federal, com destaque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (FUNDEB).

Conforme disposto no Decreto nº 10.656/2021, do Poder Executivo, que regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, a CAIXA permanece como instituição financeira apta a receber os recursos do FUNDEB e a consequente prestação de serviços de pagamento a fornecedores e salários dos profissionais da educação.

As transferências legais são regulamentadas em leis específicas, que determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação de recursos e prestação de contas destinadas a um fim específico, com destaque ao Fundo a Fundo Saúde e Quota Salário-Educação.

Por meio do Fundo a Fundo Saúde, foram repassados aos estados e municípios que possuem relacionamento conosco mais de R\$ 46,3 bilhões em 2021, para aplicação em financiamento e ações e serviços públicos de saúde.

Quanto ao Salário-Educação, contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, o volume de recursos relativos ao Quota – Quota Estadual e Quota Municipal do Salário-Educação, transferidos aos Entes em contas abertas na CAIXA, foi superior a R\$ 2,5 bilhões em 2021.

Registra-se, ainda, que também atuamos como Instituição Financeira que realiza a custódia de recursos de transferências especiais que, nos termos da Emenda Constitucional nº 105, referem-se à modalidade exclusiva para o repasse de recursos das emendas parlamentares individuais a estados, Distrito Federal ou municípios. No ano de 2021, foram abertas 1.649 contas na CAIXA.

Ressalta-se que dispomos de soluções tecnológicas que viabilizam a movimentação financeira pelos entes federados, bem como os pagamentos aos fornecedores e prestadores de bens e serviços.

As soluções disponibilizadas proporcionam mais agilidade e maior controle nas transações financeiras realizadas pelas Secretarias de Saúde e de Educação, garantindo eficiência, tempestividade e segurança na gestão dos recursos destinados pela União.

## Linhas de Crédito – Setor Público

### Operações de Crédito

Nossa carteira de crédito com estados e municípios cresceu em 2021 por meio de 365 novos contratos, somando R\$ 5,9 bilhões em empréstimos até 22 de dezembro. Nossas contratações, em comparação ao mercado, representaram 35,4% de todos os créditos concedidos ao Setor Público em 2021, reforçando o nosso importante papel na promoção do desenvolvimento dos estados e municípios.

Nossa carteira de crédito com os estados e municípios encerrou 2021 com 3.222 operações ativas, com Saldo Gerador de Receitas de R\$ 53,8 bilhões e atendendo 1.309 entes federados. Em 2021, injetamos R\$ 6 bilhões na economia por meio dos desembolsos desta carteira.

Importante registrar que atuamos prontamente na manutenção da oferta de crédito aos estados, Distrito Federal e municípios durante o período de calamidade pública, permitindo aos governos estaduais e municipais acesso a recursos para ações emergenciais, possibilitando, inclusive, investimentos voltados para a área da saúde.

## Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM) faz parte da estratégia do Governo Federal para a consolidação e o aperfeiçoamento do pacto federativo constitucional, buscando o fortalecimento institucional dos órgãos responsáveis pela gestão administrativa e fiscal dos municípios brasileiros.

No PNAFM, a União é a tomadora dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo a CAIXA o agente financeiro para atuação como repassadora dos recursos aos municípios. O objetivo do programa é buscar a estabilidade macroeconômica, por meio de um equilíbrio fiscal autossustentável, fundado em uma política pública transparente e eficiente na gestão da receita e gasto público municipal.

No ano de 2021, foram contratadas 10 operações de crédito com municípios no âmbito do PNAFM, cujos valores somaram R\$ 85,8 milhões.

Somos remunerados pela prestação de serviços, calculada por meio do saldo devedor da carteira, que totaliza R\$ 884,1 milhões, com 66 contratos.

## Redução e retomada de obras paralisadas em 2021

Em 2021, a CAIXA teve como foco especial os pequenos tomadores de recursos que possuíam grande parte de seus contratos paralisados. Dentro do projeto Foco no Tomador, foram designados empregados com importante conhecimento em soluções para retomadas de obras a fim de, em conjunto com os Entes, diagnosticarem os entraves e proporem soluções para a retomada da execução dos contratos.

Constatado que a dificuldade financeira, em decorrência do período de pandemia, impactou a execução das obras, a CAIXA viabilizou e incorporou em suas normas a possibilidade de pagamento de reajustes

contratuais ou de reequilíbrio econômico-financeiro com repasse da União, proporcionando a retomada daquelas obras mais impactadas com as defasagens de preços.

Tornando público todo o conhecimento acumulado pelo corpo técnico da CAIXA no acompanhamento de obras, em 2021 foi publicada, no site da CAIXA, a cartilha *Obras paralisadas: proposições construtivas*, que sugere ações preventivas para evitar a paralisação de obras públicas, esclarecendo as principais causas e abordando aspectos de planejamento, elaboração de projetos e procedimentos para execução e fiscalização. Além disso, propõe ações construtivas para retomada de obras, o que auxilia os gestores na busca de solução para os empreendimentos paralisados.

Por meio dessas ações e a assistência técnica prestada pelas 72 unidades da Rede Governo, ao final do mês de dezembro, já haviam sido retomadas ou finalizadas 3.623 obras daquelas que se encontravam paralisadas no início do ano, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico e para a recuperação financeira, contábil e fiscal dos municípios, impactando positivamente na geração de empregos e na entrega da política pública à população.

Outro aspecto importante a se destacar: a transparência, item relevante em 2021 na temática de obras paralisadas. A CAIXA aprimorou a divulgação diária, feita em seu site, da relação dos contratos em que atua como mandatária da União e que se encontram paralisados, detalhando, dentre outros, o motivo e o período em que obra está nesta situação.

## Outros Produtos e Serviços relacionados ao Governo

### Parcerias Público-Privadas e Concessões

Com o objetivo de promover a infraestrutura nacional por meio do investimento privado, o assessoramento técnico CAIXA para estruturação de Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP) auxilia o Governo Federal e Entes Subnacionais a desenvolver soluções com sustentabilidade para setores estratégicos da economia e no âmbito social.

O assessoramento técnico CAIXA traz como principais vantagens:

- Apoio especializado para estruturar Concessões e Parcerias Público-Privadas; imparcialidade na elaboração e análise dos estudos e levantamentos;

- Experiência em grandes empreendimentos, o que permite visão diferenciada e melhor apoio na estruturação de garantias contratuais, culminando em maior qualidade dos projetos e, consequentemente, maior atratividade aos projetos.

Além de administradora e gestora operacional do Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e Parceria Público-Privada CAIXA (FEP-CAIXA), a CAIXA estrutura projetos via contratação direta para os Entes Subnacionais, beneficiando aproximadamente 16 milhões de pessoas em 127 municípios (posição dez./21).

A CAIXA é o banco com o maior número de projetos de estruturação de PPP e concessões de iniciativa municipal no Brasil, atingindo todas as regiões do país, em diferentes setores de atuação. Em 2021, foram firmados 16 novos contratos, contando com mais de 7 milhões de cidadãos beneficiados. Os 47 contratos em carteira até o final de 2021 representarão receitas de prestação de serviço da ordem de R\$ 67,8 milhões para a CAIXA.

Os projetos em carteira estão distribuídos nos seguintes setores:

- Saneamento – 14 contratos, sendo: um de saneamento integrado (sistema completo envolvendo os serviços de água, esgotamento sanitário e para resíduos sólidos urbanos) iniciado em 2018; um envolvendo exclusivamente os serviços de captação de água; um para esgotamento sanitário e abastecimento de água; dois para esgotamento sanitário; e nove voltados aos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos, compreendendo a coleta, transporte, tratamento e destinação final;
- Iluminação Pública – 30 contratos. Desses projetos, cinco foram concluídos com êxito e um está sendo estruturado via consórcio de municípios.
- Infraestrutura Social – Dois contratos voltados para Unidades Socioeducativas e um para Locação Social.

## Negociação de contrapartidas para aquisição de folha de pagamento

Possuímos a Estratégia de Negociação de Contrapartidas para aquisição de folha de pagamento, movimentação financeira e conta única da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, mediante contrapartida financeira da CAIXA ao Ente Público. Como

forma de proporcionar a nossos clientes a modernização da gestão pública, e, por conseguinte, a execução de política pública, disponibilizamos serviço de arrecadação de faturas e tributos e, ainda, de pagamentos de salários e pagamentos aos fornecedores, qualificando a prestação de serviços aos cidadãos.

No âmbito dessa Estratégia assinamos em 2021 169 contratos, sendo 164 para processamento de folha de pagamento e 5 para a gestão da movimentação financeira/conta única, cujo valor total do investimento que realizamos foi de R\$ 1,78 bilhão.

A carteira de contratos vinculados à Estratégia de Negociação de Contrapartidas com Entes Públicos possui 426 contratos ativos, com investimentos CAIXA no valor aproximado de R\$ 3,3 bilhões.

## Arrecadação de Tributos

No que se refere à prestação do serviço de arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais, buscamos oferecer comodidade, praticidade e versatilidade aos clientes que utilizam os serviços mediante contrato/convênio firmados. Os tributos a serem arrecadados podem ser pagos nos canais *Internet Banking*, salas de autoatendimento, lotéricas e nas agências da CAIXA.

Destaca-se a importância da prestação de nosso serviço aos Entes Públicos e à sociedade em geral. O resultado da arrecadação gerada permite aos Entes o investimento e o desenvolvimento das políticas públicas, que servem para custear os gastos de segurança, educação, cultura, transporte, saúde, pagamentos de salários de funcionários públicos em prol da sociedade.

Arrecadamos em 2021 um volume de aproximadamente R\$ 86,9 bilhões em tributos federais e R\$ 38,4 bilhões em tributos estaduais e municipais, os quais foram repassados aos Entes e revertidos em benefício da população.

## Serviços ao Judiciário

Em relação ao segmento Judiciário, a participação de mercado se apresentou estável para o ano de 2021.

Nesse sentido, cumprimos em 2021 3,9 milhões de ordens judiciais de levantamento de alvará, totalizando mais de R\$ 77,9 bilhões entregues aos beneficiários indicados pelo Judiciário.

Em 2021 foi viabilizada a utilização das ordens eletrônicas para pagamento de alvarás, propiciando o acesso à justiça mesmo nas situações de isolamento causadas pela pandemia. Essa implementação possibilitou a execução das ordens judiciais sem a presença do sacador na agência.

Na Justiça Trabalhista, os saques corresponderam a mais de R\$ 21,9 bilhões, por meio de 1,8 milhão ordens, das quais 51,75% foram eletrônicas.

Outrossim, na Justiça Estadual, foram 941.107 ordens e mais de R\$ 20,42 bilhões sacados. Do total de ordens, 64,9% foram alvarás eletrônicos.

Na Justiça Federal, considerando os depósitos judiciais, precatórios e requisições de pequeno valor, cumprimos 1,1 milhão ordens, as quais totalizaram R\$ 36,2 bilhões sacados.

O saldo de depósitos judiciais que administramos, à disposição do Poder Judiciário, era de R\$ 98,9 bilhões em dezembro de 2021.

## SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

A CAIXA atua no desenvolvimento e na manutenção da principal referência de custos para as obras públicas do Brasil, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI). Esse investimento beneficia toda a sociedade brasileira, uma vez que, a partir da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), o SINAPI, além das obras com recursos federais, passou a ser a referência oficial para as obras públicas feitas no Brasil. Com isso, essa referência nacional de custos, construída e gerida pela CAIXA, consagra-se como uma das principais ferramentas de controle da correta aplicação de recursos públicos.

A atuação da CAIXA no SINAPI, além da determinação imposta pelo Decreto Presidencial nº 7.983/2013, caracteriza-se como serviço de utilidade pública e está alinhada com ao seu propósito institucional, comprovando sua vocação para atuar com políticas públicas.

## Assistência Técnica para Entes Subnacionais

Nos contratos de prestação de serviços, em que a CAIXA atua como mandatária da União, as atribuições contratuais estabelecidas focam nas atividades

de enquadramento, controle e acompanhamento da execução dos recursos públicos federais. No entanto, frente à carência técnica da maior parte dos municípios brasileiros, a CAIXA apoia com assistência técnica os Entes Subnacionais, por meio de auxílio aos entes nos procedimentos operacionais e técnicos associados aos investimentos públicos voltados para o saneamento, segurança, mobilidade, saúde, educação e outros serviços necessários para a sociedade brasileira.

Essa atividade complementar, embora não prevista contratualmente, reveste-se também do caráter de serviço de utilidade pública e mais uma vez se alinha diretamente ao propósito da CAIXA.

## Habitação

Como um dos protagonistas em termos de políticas públicas do banco, no âmbito da habitação a definição do direcionamento estratégico aliado ao gerenciamento dos conflitos e riscos internos foram decisivos para as diversas medidas que beneficiaram tanto a habitação social quanto a de mercado em 2021.

Dentre os avanços destacam-se as inovações propostas na habitação digital, tanto para contratação quanto pós-venda, os esforços para retomada e conclusão de obras paralisadas, os incentivos concedidos no Programa Casa Verde e Amarela, dentre outros.

Em linha com o planejamento estratégico vigente, ampliamos a atuação do modelo digital e, em 2021, alcançamos a marca de 3,2 milhões de usuários dos serviços do App Habitação, com mais de 500 mil novos usuários no ano.

Pelo aplicativo, os clientes podem acessar serviços como a utilização do FGTS para amortização e quitação do financiamento habitacional, emissão de 2ª via de boletos e de demonstrativos financeiros.

Em adicional, no último ano, oferecemos a possibilidade de encaminhar e acompanhar propostas de crédito imobiliário pelo App Habitação.

Também disponibilizamos o crédito imobiliário por meio de uma rede de mais de 9 mil correspondentes CAIXA Aqui presentes em todas as regiões do país.

## Prorrogação de carência covid-19

Em virtude do estado de calamidade pública decretado por parte do Poder Executivo, em função da pandemia provocada pela covid-19, prorrogamos até junho de 2021 a concessão de carência de até seis meses para as contratações concedidas para pessoa física nas seguintes linhas de financiamento:

- I. Aquisição de imóvel novo ou construção de imóvel residencial individual;
- II. Aquisição de unidade vinculada a empreendimento durante a fase de obra ou concluída, inclusive alocação de recursos;
- III. Aquisição de imóvel comercial novo no programa Carta de Crédito do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (CCSBPE).

A prorrogação da carência possibilitou que as pessoas organizassem seus orçamentos, que tiveram impactos na pandemia, sem prejudicar o financiamento imobiliário.

## Apoio ao setor da construção civil

Adotamos medidas para as empresas do setor da construção civil visando oferecer maior liquidez às empresas ao longo da pandemia, garantindo a continuidade das obras, manutenção dos empregos e realização do sonho da casa própria:

- I. Pausa do pagamento dos encargos mensais no contrato habitacional por até seis meses;
- II. Incorporação de até seis prestações ao saldo devedor;
- III. Pagamento parcial por até seis meses;
- IV. Antecipação do financiamento Pessoa Jurídica (PJ) em até 10% do custo de obra.

Os produtos habitacionais, principalmente os destinados à produção de empreendimentos habitacionais, maximizam a geração de valor à sociedade e ao meio ambiente, assegurando o equilíbrio econômico, social e ambiental, em alinhamento a um dos valores CAIXA: a Responsabilidade Socioambiental.

## Habite Seguro

Trata-se de um programa do Ministério da Justiça no qual atuamos como agente financeiro na oferta de condições diferenciadas a profissionais do setor de segurança pública.

O Programa Habite Seguro foi instituído pela Medida Provisória nº 1.070/2021, como instrumento destinado à promoção do direito à moradia, por meio de concessão de subvenção de recursos, conforme enquadramento, mediante contratação das operações de crédito imobiliário.

Pelo Habite Seguro, é possível financiar imóveis novos ou usados, unidades de empreendimentos financiados na CAIXA e ainda a construção de imóvel individual, inclusive pelo Programa Casa Verde e Amarela.

Somos o único agente financeiro atualmente habilitado a executar o Programa.

A subvenção do Programa, proveniente de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), é destinada aos profissionais da segurança pública com renda mensal de até R\$ 7 mil, que ainda não possuem imóvel próprio e que optem por um imóvel com valor de avaliação de até R\$ 300 mil.

## Programa De Olho na Qualidade

Mantemos o Programa De Olho na Qualidade a fim de fortalecer a orientação e a qualidade no atendimento, em todos os momentos, inclusive após a entrega dos imóveis adquiridos por meio de financiamento habitacional no programa Casa Verde e Amarela, nas Faixas 1; 1,5; 2 e 3.

O Programa De Olho na Qualidade visa garantir o atendimento às solicitações e reclamações de danos físicos, decorrentes de vícios construtivos, no qual recebe os relatos dos clientes e encaminha aos responsáveis pela construção do imóvel para solucionar os problemas.

O Programa oferece uma linha telefônica na CAIXA, pelos números 4004 0104 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800 104 0104 (demais localidades), com atendimento das 8 h às 21 h de segunda-feira a sexta-feira e aos sábados de 10 h às 16 h. É um canal pelo qual o cliente pode registrar solicitações ou reclamações sobre danos físicos, além de esclarecer dúvidas e registrar elogios.

Em 2021, foram registradas 18.160 solicitações e reclamações de danos físicos das diversas faixas, em todo

Brasil, sendo 58,32% referente à Faixa 1, e 41,67% referente às Faixas 1,5; 2 e 3.

O monitoramento de dados do Programa De Olho na Qualidade traz informações sobre o número de registros, informações e sugestões recepcionadas e quais as providências adotadas na esfera administrativa, a fim de identificar a forma de tratamento dado aos conflitos que envolvem a reparação de vícios construtivos nos imóveis adquiridos e financiados pelos programas habitacionais em todas as faixas.

Utilizamos também os insumos fornecidos pelo Programa De Olho na Qualidade para apresentar às construtoras dos empreendimentos problemas recorrentes, com o objetivo de melhorar a execução de obras futuras.

## Habitação de Interesse Social

Os programas de Habitação de Interesse Social que realizamos têm como objetivo viabilizar à população de baixa renda o acesso à moradia adequada e regular, bem como o acesso aos serviços públicos, reduzindo a desigualdade social e promovendo a ocupação urbana planejada.

Assim, contribuímos também para reduzir o déficit habitacional e os impactos ambientais causados pelas ocupações irregulares localizadas em áreas de risco e de preservação ambiental.

A Habitação de Interesse Social da CAIXA, destinada a famílias com renda de até R\$ 1.800,00, possui em seu portfólio operações com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) – Grupo 1.

No exercício de 2021, foram entregues 31.964 unidades habitacionais, beneficiando aproximadamente 127 mil pessoas.

Mais informações sobre o trabalho social no Programa Casa Verde e Amarela podem ser verificadas na página 260 do Relatório de Sustentabilidade, que acompanha este documento.

## Habitação de Mercado Pessoa Jurídica

A Habitação de Mercado Pessoa Jurídica da CAIXA possui o portfólio mais abrangente do mercado, oferecendo para o setor o produto mais adequado para

cada projeto: Plano Empresário CAIXA (PEC), Apoio à Produção ou Alocação de Recursos.

O PEC é uma linha de crédito destinada à produção de empreendimentos habitacionais com as melhores condições do mercado, a qual permite, inclusive, a contratação da operação com obra não iniciada.

O Apoio à Produção é um produto que permite utilizar para construção do empreendimento, além do crédito liberado para sua empresa, o valor de financiamento das unidades habitacionais do empreendimento financiadas para os adquirentes por meio da CAIXA.

O Alocação de Recursos é um produto que facilita o processo de avaliação e financiamento com a CAIXA das unidades habitacionais de empreendimentos já concluídos.

Temos à disposição dos nossos clientes operações financiadas com recursos do FGTS, do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) ou ainda sem financiamento, possibilitando, conforme a conveniência do cliente, a contratação com os indexadores TR (Taxa Referencial), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), % CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), CDI + Cupom e Taxa + Poupança, no caso das operações com recursos do SBPE.

Destacamos ainda que os clientes certificados pelo Selo Azul CAIXA têm acesso a taxas de juros diferenciadas, demonstrando a nossa preocupação em apoiar as construtoras que se destaquem nas melhores práticas em relação às questões ambientais.

Após o lançamento dos indexadores IPCA e CDI para os produtos Apoio à Produção e Plano Empresário CAIXA em 2020, continuamos inovando com a implantação, em 2021, das taxas indexadas pela Poupança na habitação Pessoa Jurídica (PJ).

Diante das possibilidades que ofertamos, em 2021 houve a contratação de mais de 2,4 mil empreendimentos para a produção de aproximadamente 315 mil unidades, com custo de R\$ 64 bilhões. O volume gerou 988 mil empregos diretos e indiretos e foi convertido em mais de R\$ 30 bilhões de financiamento, sendo R\$ 21 bilhões com recursos do SBPE e R\$ 9 bilhões com recursos do FGTS.

Além disso, entregamos 1.762 empreendimentos de mercado, totalizando aproximadamente 217 mil unidades que podem propiciar o acesso à casa própria para 780 mil pessoas.

## Habitação de Mercado Pessoa Física

### Crédito Imobiliário Poupança CAIXA

Em 2021, destacamos o lançamento do Crédito Imobiliário Poupança CAIXA, atendendo a uma demanda por crédito para a compra de imóvel com uma taxa de juros atrativa, vinculada ao rendimento da poupança, sendo mais uma opção de crédito diferenciada e acessível ao público.

Nessa alternativa de financiamento, a taxa de juros acompanha o rendimento da poupança, sendo possível contratar operações de Crédito Imobiliário no Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), com recursos do SBPE, cuja taxa de juros é composta por uma parte fixa acrescida pela remuneração das cadernetas de poupança vigente na data de vencimento das prestações mensais.

O cliente pode escolher entre os sistemas de amortização SAC (Sistema de Amortização Constante) ou tabela PRICE (Sistema Francês de Amortização), com prazo de até 420 meses.

As condições são válidas para imóveis residenciais, tanto para os que já estão prontos, podendo ser novos ou usados, quanto para construção, com cota de financiamento de até 80%.

Com o aumento de nosso portfólio, líder na concessão de financiamento para casa própria, potencializamos a nossa capacidade em viabilizar soluções de moradia ao oferecer condições cada vez mais diversificadas e, consequentemente, adequadas a cada perfil de cliente.

Assim, de forma inovadora, eficiente e rentável, continuamos promovendo o acesso das pessoas à moradia, reforçando nosso compromisso em políticas públicas como o banco da habitação e nos consolidamos como o Banco de Todos os Brasileiros.

### Home Equity com Poupança CAIXA

Novas alternativas de crédito oferecem mais opções às necessidades de cada potencial cliente. Nesse movimento, divulgamos, em dezembro de 2021, a possibilidade da obtenção do Crédito Real Fácil CAIXA com taxas do Poupança CAIXA, permitindo que a modalidade permaneça competitiva em taxas de juros em comparação a outras modalidades de crédito pessoal.

O Real Fácil Caixa é uma linha de crédito sem destinação específica garantida por alienação fiduciária de imóvel residencial ou comercial de propriedade do proponente.

Nesta modalidade o cliente pode optar pela forma de atualização do empréstimo, que poderá ser pela TR, IPCA, Taxa Fixa e Poupança CAIXA.

Com tal medida, temos a expectativa de crescimento na contratação da linha de crédito, diante da disponibilização de possibilidades adequadas às tendências de mercado.

## Agronegócio

O ramo do agronegócio, sendo uma das principais fontes de geração de emprego e renda à sociedade, faz-se ainda mais atuante em termos de política pública ao setor agrícola do Governo Federal, mantendo as diretrizes do plano agrícola e pecuário, lançado a cada novo ano-safra. Na CAIXA, o custeio e o investimento são as principais linhas de crédito, responsáveis por 78% do volume de crédito concedido em 2021.

Nossa estratégia mantém-se com o objetivo de fomentar as regiões com grande vocação para o agronegócio, desde o agricultor familiar até as grandes empresas que formam a cadeia de produção, industrialização e comercialização de produtos agropecuários, respeitadas as regras e limites do Manual de Crédito Rural. Em 2021, houve o reposicionamento de nossa atuação no mercado, mediante a exploração de novas oportunidades de negócios adequadas ao público-alvo já estabelecido, estando ancorada em quatro pilares:

- Revisão do modelo de negócio para estreitar o relacionamento com os clientes, oferecendo serviços especializados por meio de parcerias e plataformas de atendimento específicas, inclusive digitais.
- Diversificação das fontes de recursos (*funding*), buscando por redução nos custos de captação, e gestão mais assertiva na aplicação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e estruturação de soluções financeiras em linha com o mercado.
- Agregação de agilidade e simplicidade ao processo de concessão, inclusive com a ampliação dos canais de distribuição, simplificação na prospecção e agregação de inovações tecnológicas.

- Resultados sustentáveis, com a gestão eficiente da carteira, dos riscos, ratings e garantias, bem como incremento da base de clientes com segmento que apresenta melhor Índice de Comercialização (IC) e consequentemente maiores margens de contribuição por cliente.

As operações do agronegócio utilizam os recursos do depósito à vista, objeto do direcionamento obrigatório, além das captações provenientes de Letras de Câmbio Agropecuária (LCA) e recursos de tesouraria.

O saldo de carteira do crédito rural no 4º trimestre de 2021 totalizou R\$ 16,5 bilhões, representando um crescimento de 113,6% em 12 meses, o que contribuiu para o avanço da nossa participação no mercado para 4,7%, garantindo, assim, a efetividade, em termos de políticas públicas, na oferta do crédito ao empreendedor do agronegócio.

Segundo dados do Estban – Estatística Bancária Mensal por Município (fonte: BACEN), em abril de 2020 ocupávamos a 8ª posição em saldo de crédito do agronegócio e passamos a ocupar o 3º lugar em dezembro de 2021.

## Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor

A CAIXA vem redirecionando sua estratégia de contratação no segmento empresarial, focando nas micro e pequenas empresas e adotando uma política que prioriza o acesso ao crédito ao maior número de empreendedores, o que proporciona uma carteira mais pulverizada e com menor exposição ao risco do crédito, uma vez que a concessão de valores é feita a uma quantidade maior de empresas.

Em 2021, 131,4 mil pequenos e microempreendedores de todo o país acessaram R\$ 10,9 bilhões por meio das linhas de crédito Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE) e Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), o que se caracterizou como importante apoio econômico nesse período de pandemia. Para as mulheres empreendedoras, a CAIXA concedeu, durante o ano de 2021, R\$ 1,3 bilhão de crédito a micro e pequenas empresas que têm mulheres como proprietárias ou sócias.

Durante o ano de 2021, foram contratados R\$ 6,7 bilhões no âmbito do PRONAMPE, contemplando 85,2 mil empresas. Considerando o período acumulado desde 2020, foram contratados mais de R\$ 22,0 bilhões, contemplando 202 mil empresas.

Em 2021, foram contratados R\$ 4,4 bilhões referentes à linha de crédito amparada pelo FAMPE, beneficiando 58,8 mil empresas. No acumulado desde 2020 essa modalidade contratou R\$ 6,6 bilhões, atendendo 96 mil empresas, que puderam contar com o Crédito Assistido do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), antes, durante e após a contratação.

## Poupança

O saldo das captações da CAIXA totalizou R\$ 1,1 trilhão em dezembro de 2021, em volume suficiente para cobrir 126,8% da carteira de crédito. Destaque para os depósitos em poupança, que totalizaram um saldo de R\$ 365,1 bilhões e representam 35,4% de participação de mercado.

Além de porta de entrada para o sistema financeiro, uma vez que é a primeira opção de conta de milhões de brasileiros, a poupança atua como *funding* para habitação, viabilizando o financiamento imobiliário no país, através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

## Poupança Digital

A Poupança Digital é a nova modalidade de conta de depósitos, movimentada pelo App CAIXA Tem, com jornada inteiramente digital, seja em sua abertura ou na transformação de Poupanças Sociais Digitais em Poupança Digital.

Atingindo o recorde de mais de 109 milhões de contas poupanças digitais gratuitas abertas até o final de dezembro de 2021, o App CAIXA Tem viabilizou o maior movimento de inclusão social, digital e financeira do Brasil, sendo utilizado para pagamento de todos os benefícios sociais.

O App apresenta o menor consumo de dados do mercado e tem foco nos segmentos de renda básica e social. Dentre as suas funcionalidades estão o pagamento de boletos, contas, utilização de cartão de débito virtual e QR Code para fazer compras na maquininha, transferência, PIX e saque sem cartão.

No acumulado do ano de 2021, foram realizados 73,3 milhões de downloads do aplicativo CAIXA Tem, tendo os clientes realizado 2,2 bilhões de transações eletrônicas e financeiras nesse período.

## Loterias

As Loterias CAIXA atingiram recordes de arrecadação, repasses sociais e prêmios ofertados.

Com esse resultado, repassamos R\$ 7,5 bilhões em benefícios sociais, como para o INSS, a Segurança Pública, o Esporte e a Cultura. Mais informações sobre nossa atuação em Loterias estão disponíveis na página 267 do Relatório de Sustentabilidade.

## Patrocínio Cultural e Esportivo

Na figura de um dos mais tradicionais patrocinadores do esporte e de manifestações artístico-culturais do Brasil, a CAIXA acredita e investe no fomento ao esporte e na difusão da cultura como formas de incentivar a promoção da cidadania.

No ramo cultural, a CAIXA incentiva projetos sociais que utilizem a musicalização como ferramenta de inclusão, bem como eventos da cultura popular e projetos culturais com previsão de alcance em diversas regiões. Apenas em cultura, foram investidos R\$ 4,5 milhões no acumulado de 2021.

O investimento no esporte visa tanto propiciar aos atletas brasileiros as condições adequadas de treinamento, quanto promover a educação e a inclusão social de crianças e adolescentes, abrindo oportunidades para novos talentos. Por meio da estratégia de patrocínio, priorizamos projetos esportivos de cunho social, apoiamos o desenvolvimento de atletas de base e prospectamos projetos educacionais voltados ao segmento da população de menor renda.

O ano de 2021 se caracterizou pela renovação dos tradicionais patrocínios da CAIXA, todos eles vincu-

lados ao esporte olímpico e paralímpico. Mas novas modalidades também passaram a compor o rol de projetos patrocinados, como o Mais Lutas, um projeto esportivo de cunho social que beneficia mais de 600 jovens atletas em situação de vulnerabilidade nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste. Já no último trimestre de 2021, passou a figurar, entre os patrocínios da CAIXA e Loterias CAIXA, a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS), importante marco da inclusão de surdos, beneficiando diretamente 5 mil atletas.

Com recursos próprios e das Loterias CAIXA, foram contratados mais de R\$ 84,5 milhões em projetos esportivos e negociais.

## Fundos de Governo

### Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

FS7, FS8

Os recursos do FGTS são aplicados em financiamentos habitacionais, saneamento, infraestrutura e saúde, em todo o país, e beneficiam direta ou indiretamente toda a sociedade brasileira.

### Pagamento do FGTS

Os saques somaram, em 2021, R\$ 119,7 bilhões, e, considerando o fluxo de caixa, resultaram em arrecadação líquida de R\$ 17,4 bilhões.



Ano	Arrecadação Bruta (R\$)	Saque (R\$)	Arrecadação Líquida (R\$)
2017 <sup>(1)</sup>	123.535.007.570,02	118.564.184.177,70	4.970.823.392,32
2018	120.658.280.961,47	111.405.542.012,77	9.252.738.948,70
2019 <sup>(2)</sup>	128.709.622.679,91	125.271.632.355,15	3.437.990.324,76
2020 <sup>(3)</sup>	127.274.139.775,88	129.450.599.261,61	-2.176.459.485,73
2021 <sup>(4)</sup>	137.161.330.314,05	119.738.136.615,16	17.423.193.698,89

(1) Não considera o pagamento das contas inativas.

(2) Não considera o pagamento do Saque Imediato.

(3) Não considera o pagamento do Saque Emergencial FGTS.

(4) Alterada a metodologia de apuração de saque de valores debitados para quantia efetivamente paga ao trabalhador.

Os valores sacados pelos trabalhadores concentraram-se em quatro modalidades: Demissão sem Justa Causa (48,98% do montante sacado), Habitação (19,05%), Saque-Aniversário (15,11%) e Aposentadoria (9,32%). As quatro modalidades citadas, juntas, perfizeram 92,46% do total de saques ocorridos.

O saque 100% digital, que possibilita ao trabalhador efetuar o saque das contas FGTS sem a necessidade de comparecer a uma agência da CAIXA, garantindo mais comodidade e conforto, foi responsável por aproximadamente 29,2 milhões de saques, correspondendo a 68,36% dos atendimentos para saque, cujos valores sacados totalizaram R\$ 48,4 bilhões.

O App FGTS, canal de atendimento ao trabalhador, registrou, em 2021, aproximadamente 48,2 milhões de downloads e média diária de 1,5 milhão de usuários ativos.

Até dezembro de 2021, o serviço de prestação de informação FGTS ao trabalhador totalizou o montante de R\$ 1,137 bilhão, trazendo comodidade ao trabalhador e um acompanhamento tempestivo do saldo do Fundo de Garantia.

O quadro abaixo demonstra a evolução da prestação de informação FGTS ao trabalhador, por canal, nos últimos três anos.

CANAL / EXERCÍCIO	2019	2020	2021
Extrato Bimestral	54.341.017	1.100.732	1.178
SMS (Mensagem de Texto)	270.865.958	284.930.294	207.631.069
App (Aplicativo)	192.826.421	381.520.631	473.774.427
E-mail	29.045.633	22.608.109	0
Site CAIXA	61.479.702	24.509.363	19.137.209
Internet Banking CAIXA	337.862.355	495.562.998	425.541.219
ATM (Automatic Teller Machine)*	28.442.350	21.712.155	11.042.774
Agência	1.873.532	727.164	534.688
Total de Informações Prestadas	976.736.968	1.232.671.446	1.137.663.184

\* Caixa Eletrônico.

## Cadastro FGTS

No que tange à Gestão das Contas Vinculadas do FGTS, a CAIXA administrou, em 2021, mais de 208,9 milhões de contas ativas, cujo saldo no final do exercício totalizou R\$ 490,0 bilhões.

Quanto às operações do Ativo do FGTS, a CAIXA, no papel de Agente Operador, empreendeu esforços voltados para a plena execução do orçamento, considerado o melhor retorno com o menor risco possível. Parte dessas ações compreende a prospecção de novos agentes financeiros no mercado, dispostos a trabalhar com os recursos do FGTS, e elaboração de estudos para uma melhor distribuição do orçamento.

## Orçamento FGTS 2021

Em 2021, o Conselho Curador do FGTS (CCFGTS) aprovou a Resolução nº 1.009, que dispõe sobre a reprogramação dos orçamentos financeiro, operacional e econômico para o exercício de 2021 e o orçamento plurianual de aplicação para o período de 2021-2024, nas áreas de Habitação, Saneamento, Infraestrutura e Saúde.

Foram destinados R\$ 77,4 bilhões para aplicação nas áreas de Habitação, Saneamento Básico, Infraestrutura Urbana e FGTS-Saúde, incluídos R\$ 8,5 bilhões a título de descontos concedidos nos financiamentos para aquisição de imóveis a pessoas físicas de baixa renda, conforme distribuição abaixo.

ORÇAMENTO FGTS 2021	
ÁREA	Valor (R\$ bilhões)
Habitação	56,5
Saneamento Básico	4,0
Infraestrutura Urbana	5,0
Saúde	0,45
Desconto FGTS	8,5
<b>TOTAL</b>	<b>77,4</b>

Fonte: Orçamento Operacional Resolução CCFGTS 1.009/2021 e IN MDR nº 48/2021.

As contratações com recursos do FGTS totalizaram R\$ 51,2 bilhões, o que representa uma redução de 8% em relação a 2020, conforme o quadro abaixo (números provisórios, sujeitos a alteração até a submissão das Demonstrações Financeiras ao Conselho Curador do FGTS).

ÁREA	CONTRATAÇÕES COM RECURSOS FGTS					
	2019*		2020*		2021**	
	Valor (R\$ bilhões)	Famílias Atendidas***	Valor (R\$ bilhões)	Famílias Atendidas***	Valor (R\$ bilhões)	Famílias Atendidas***
Habitação	56,6	568.179	52,7	420.713	49,3	416.365
Saneamento Básico	1,5	–	1,4	–	1,7	–
Infraestrutura Urbana	0,9	–	0,8	–	0,2	–
Saúde	0,5	–	0,8	–	0,03	–
<b>TOTAL</b>	<b>59,5</b>	<b>568.179</b>	<b>55,6</b>	<b>420.713</b>	<b>51,23</b>	<b>416.365</b>

\* Fonte: Relatórios de Gestão do FGTS, disponíveis em [https://www\\_fgts.gov.br/Pages/sobre-fgts/transparencia.aspx](https://www_fgts.gov.br/Pages/sobre-fgts/transparencia.aspx), e Base FGTS.

\*\* Fonte: Base FGTS (nímeros provisórios, sujeitos a alteração até a submissão das Demonstrações Financeiras ao Conselho Curador do FGTS).

\*\*\* Refere-se ao nº de unidades habitacionais produzidas, com exceção do Programa Pró-Moradia, quantificada em nº de famílias atendidas.

## Áreas de Aplicação de Recursos do FGTS

### Programa FGTS-Saúde

Alterada pelas Leis nº 13.778/2018 e nº 13.832/2019, a Lei nº 8.036/1990 ampliou o escopo da aplicação de recursos do FGTS, até então voltado às áreas de Habitação, Saneamento e Infraestrutura, para viabilizar operações de crédito destinadas às entidades hospitalares filantrópicas, bem como às instituições que atuam no campo para pessoas com deficiência, e sem fins lucrativos, que participem de forma complementar do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio das seguintes modalidades:

I – Operações de crédito sem destinação específica; ou

II – Operações de crédito para reestruturação financeira, nas quais deverá ser apresentado aos agentes financeiros o plano de trabalho e de gestão pelas entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos.

Nessa linha, o Conselho Curador do FGTS aprovou a Resolução nº 909/2018, que cria o Programa de Crédito destinado às entidades hospitalares filantrópicas e sem fins lucrativos que participem de forma complementar do SUS, intitulado FGTS-Saúde.

No âmbito de sua competência, o agente operador publicou a primeira versão do Manual de Fomento do Programa FGTS-Saúde, por meio da Circular CAIXA nº 864/2019, consolidando as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo Conselho Curador do FGTS e pelo gestor da aplicação dos recursos do FGTS para o programa.

Para o exercício de 2021, o Conselho Curador havia destinado R\$ 3,45 bilhões para aplicações no FGTS-Saúde, por meio da Resolução CCFGTS nº 983/2020, valor mantido com a Resolução CCFGTS nº 1.009/2021. Em 08/12/2021, por meio da Instrução Normativa do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 48/2021, foram remanejados R\$ 3 bilhões para a área de habitação, de modo que o programa finalizou o exercício com um orçamento de R\$ 447,37 milhões.

Em 15/09/2021, por meio da Resolução nº 1.009, o Conselho Curador do FGTS alterou até 31/03/2022, excepcionalmente, as taxas名义 de juros do programa, de 6,50% para 6,00% ao ano nas operações firmadas entre o Agente Operador e o Agente Financeiro, e de 8,66% para 8,16% ao ano para as operações contratadas entre os agentes financeiros e os mutuários.

No exercício de suas competências, o agente operador publicou a quinta versão do Manual de Fomento do

Programa FGTS-Saúde, por meio da Circular CAIXA nº 959/2021, que consolida as diretrizes, conceitos e parâmetros estabelecidos pelo CCFGTS e pelo gestor da aplicação para o programa e os procedimentos operacionais a serem observados pelos agentes financeiros, incluindo a previsão quanto à taxa excepcional de que trata a Resolução nº 1.009.

Ao final de 2021, foram desembolsados R\$ 84,25 milhões em operações de crédito do Programa FGTS-Saúde.

### Descontos concedidos pelo FGTS

Os descontos concedidos pelo FGTS, nos financiamentos para aquisição de imóveis a pessoas físicas de baixa renda, ampliam a capacidade de pagamento do mutuário por meio da redução do valor das prestações e a quitação de parte do valor de compra. Quanto menor a renda do mutuário, maior o desconto concedido, fazendo com que as aplicações do FGTS cumpram efetivamente seu papel social de levar moradia digna à população de menor renda.

Merece destaque o aumento de 112% do valor orçado quando comparado o período de 2009 com 2021, de R\$ 4 bilhões para o patamar de R\$ 8,50 bilhões em 2021, conforme demonstrado no quadro abaixo.

DESCONTOS CONCEDIDOS PELO FGTS		
Ano	Orçado (R\$ bilhões)	Realizado (R\$ bilhões)
2009	4,00	2,95
2010	5,05	5,04
2011	5,50	5,40
2012	6,87	6,67
2013	8,90	7,98
2014	8,90	7,90
2015	8,90	7,51
2016	8,90	6,61
2017	10,20	8,53
2018	9,50	9,28
2019	9,00	7,85
2020	9,00	8,13
2021*	8,50	7,09

\*Fonte: Base FGTS (nímeros provisórios, sujeitos a alteração até a submissão das Demonstrações Financeiras ao Conselho Curador do FGTS).

Em 2021, 294.582 famílias foram beneficiadas com a concessão de descontos pelo FGTS nos financiamentos

contratados com pessoas físicas, na área de habitação popular. De acordo com as diretrizes do Conselho Curador do FGTS, são beneficiárias de descontos famílias com renda mensal bruta limitada a R\$ 4 mil, observada a regulamentação do gestor da aplicação. Os descontos concedidos em 2021 totalizaram R\$ 7,09 bilhões.

## Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)

FS7

O PNHR (Programa Nacional de Habitação Rural), regulamentado pela Portaria Interministerial nº 366, de 2018, é integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e foi criado para viabilizar o acesso à moradia digna no campo, atendendo a trabalhadores rurais, agricultores familiares e equivalentes (comunidades quilombolas, indígenas, assentados PNRA/INCRA, extrativistas e pescadores artesanais), por intermédio de operações de repasse de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou de financiamento habitacional com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Os recursos do FGTS são utilizados como *funding* para operações de financiamento habitacional realizadas conforme Resoluções do Conselho Curador do FGTS, regulamentadas pelo Agente Operador do FGTS. Os recursos do OGU, por sua vez, são transferidos à CAIXA, Gestor Operacional dos Recursos, pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), conforme programação orçamentária-financeira definida pelo Ministério da Economia e repassados aos Agentes Financeiros (AF), Banco do Brasil e CAIXA.

Os beneficiários são qualificados em três grupos diferentes por faixa de renda familiar: Grupo 1, 2 e 3.

No grupo 1, os beneficiários do PNHR têm participação financeira equivalente a 4% do valor repassado para fins de edificação ou reforma da Unidade Habitacional (UH) que será paga em até 4 pagamentos anuais e de igual valor, vencendo a primeira parcela no mês subsequente à liberação da última parcela da subvenção econômica relativa à execução da obra.

Os desembolsos de recursos efetuados para as obras em andamento e retomada de obras desde o início do Programa totalizaram R\$ 6 bilhões, e os repasses realizados até o ano de 2021 totalizaram R\$ 34 milhões.

Foram contratadas, desde o início do Programa, 212.169 unidades habitacionais com recursos do

OGU, referentes ao grupo 1. Destas, 183.604 encontram-se concluídas, sendo que 3.093 foram entregues em 2021.

Para os grupos 2 e 3, as operações são financiadas com recursos do FGTS.

## Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) é fundo financeiro de natureza privada, com prazo de duração indeterminado, regido pela Lei nº 10.188/2001 e pelo seu Regulamento, com o objetivo de prover recursos ao Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) para realização de investimentos no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, edificação de equipamentos de educação, saúde e outros complementares à habitação.

A CAIXA é responsável pela administração dos recursos do FAR e pela execução do PAR e do PMCMV, e o Ministério do Desenvolvimento Regional é responsável pela Gestão dos Programas, em observância às normas de competência e representação estabelecidas na Portaria do Ministério das Cidades nº 231, de 4 de junho de 2004, em seu Regulamento e às demais instruções de sua organização interna, sendo observada, no que couber, a legislação pertinente ao arrendamento financeiro.

O modelo de negócios do FAR busca demonstrar em que medida se relacionam os recursos e processos para gerar valor à sociedade. Para tanto, busca-se relacionar as análises do contexto externo com a atuação da gestão do FAR, em especial no que se refere à governança e às estratégias de negócios definidas para o Fundo. O FAR atua no setor financeiro e de garantias habitacionais, na condição de fundo financeiro de natureza privada, lastreado com recursos públicos, cuja prestação de serviço realiza-se de forma exclusiva pela CAIXA.

Entre os elementos do modelo de gestão, ressaltam-se a Estratégia e a Governança, que asseguram a integração, respectivamente, entre a visão e as ações do dia a dia, bem como entre as partes, em todos os níveis, gerando a agilidade, a prioridade e o alinhamento estratégico requeridos aos desafios do Fundo, com vistas a orientar a atuação no cumprimento de sua missão.

Desde o início de sua execução, o FAR foi responsável pela contratação de 3.796 empreendimentos, distribuídas nas 27 unidades da federação, incluído o Distrito

Federal. Desse montante, 3.475 já se encontram concluídos, o que representa 91,5% do total contratado.

Destacamos que os 3.796 empreendimentos do FAR são constituídos por 1.360.886 unidades habitacionais.

Em 2021, no âmbito do FAR, foram entregues 25.400 unidades no PMCMV – Faixa I.

De 2009 até 2021, o FAR recebeu R\$ 69,5 bilhões em integralização de cotas da União.

No ano de 2021, o FAR foi responsável por aplicar R\$ 728 milhões para a construção de unidades habitacionais, o que beneficiou especialmente a população com renda de até R\$ 1.800,00.

pulação de baixa renda, organizada em cooperativas, associações e demais entidades da sociedade civil, visando a produção e aquisição de novas habitações, a conclusão e reforma de moradias, a requalificação de imóveis urbanos, incluída a concessão de garantia de crédito de operações de financiamento habitacional.

O Fundo propicia a concessão de financiamento às famílias de baixa renda, por intermédio dos programas habitacionais Novo Programa Crédito Solidário – NPCS e Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E.

Desde a sua criação até o exercício de 2021, o NPCS foi responsável por aplicar R\$ 365,9 milhões para o financiamento de 21.190 unidades habitacionais, das quais 15.047 foram concluídas, beneficiando a população com renda de até R\$ 1.900,00.

No âmbito do PMCMV-E, até o ano de 2021, o FDS aplicou R\$ R\$ 3,7 bilhões com vistas à construção de 73.228 unidades habitacionais, das quais 27.054 foram concluídas e destinadas à população com renda de até R\$ 1.800,00.

Em 2021, foram desembolsados R\$ 247 milhões para empreendimentos contratados no âmbito do PMCMV-E, com a conclusão de 675 unidades habitacionais (UH) e R\$ 6,1

## Fundo De Desenvolvimento Social (FDS)

FS7

O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) é um Fundo contábil de natureza financeira, com prazo de duração indeterminado, regido pela Lei nº 8.677/1993, com a finalidade de atender às necessidades habitacionais e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da po-



milhões para empreendimentos contratados no âmbito do NPCS, o qual não apresentou entregas no exercício.

Ressalta-se que em 2020 foi aprovado, no âmbito do FDS, o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional (RegMel), integrante do Programa Casa Verde e Amarela, com vistas a atender as necessidades habitacionais de famílias de baixa renda, o qual está em fase de estruturação.

A fim de viabilizar o RegMel, foi aprovado o resgate de cotas do FDS, por meio da Resolução CCFDS nº 228, de 27 de agosto de 2021, que disciplina procedimentos operacionais para o resgate pelas Instituições Financeiras cotistas do Fundo, com prazo de vigência até 12 de dezembro de 2021.

No período de vigência da Resolução, 20 instituições cotistas resgataram cotas do fundo. No exercício, a CAIXA publicou a Circular CAIXA nº 956, de 04 de outubro de 2021, revogada pela Circular CAIXA nº. 962, de 10 de novembro de 2021, a fim de disciplinar os procedimentos operacionais para credenciamento de Agentes Financeiros no âmbito do RegMel, cujo prazo para manifestação expirou em 3 de janeiro de 2022.

## Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab)

FS7

O Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) é um fundo de natureza privada com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias. Os cotistas do fundo são: União e os agentes financeiros CAIXA Econômica Federal e Banco do Brasil.

O Fundo funciona como uma espécie de seguro, para quem adquiriu imóveis pelo programa Minha Casa Minha Vida e tem renda familiar de até R\$ 5 mil, e tem por finalidade garantir o pagamento, aos Agentes Financeiros, de prestação mensal de financiamento habitacional devida por mutuário, em caso de desemprego e redução temporária da capacidade de pagamento; assumir o saldo devedor do financiamento imobiliário, em caso de morte e invalidez permanente (MIP), e as despesas de

recuperação relativas a danos físicos no imóvel – DFI, para as famílias com renda bruta mensal de até R\$ 5 mil.

No exercício de 2021, não houve concessão de financiamentos habitacionais pelos agentes financeiros CAIXA e Banco do Brasil com a cobertura do FGHab, considerando que o fundo já atingira o limite de 2 milhões de operações garantidas autorizadas pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014, e um somatório de valor de financiamento de R\$ 150,8 bilhões.

A partir de janeiro de 2016, os agentes financeiros passaram a contratar financiamentos com essas características com apólices de mercado.

Em 2021, o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) beneficiou 6.231 famílias com a concessão de garantias para os riscos de morte, invalidez permanente, danos físicos no imóvel e empréstimo por perda de renda, incremento de 89% em relação ao observado em 2020, no total de R\$ 277 milhões. Desde a criação do Fundo, foram pagas 36.036 garantias, no total de R\$ 1,5 bilhão.

As garantias do FGHab são concedidas a um custo inferior àquele que o mutuário iria incorrer se tivesse contratado seguro de mercado para as mesmas coberturas e, deste modo, o Fundo acaba por contribuir para que o mutuário tenha maior capacidade de pagamento e poupança.

Com a disseminação da pandemia do coronavírus (covid-19) no Brasil, onde o primeiro caso da doença foi confirmado pelo Ministério da Saúde no dia 26 de fevereiro de 2020, houve incremento nas ocorrências de morte e invalidez permanente (MIP).

Quando compararmos o período de janeiro a agosto de 2020 (52 MIP por coronavírus) com o mesmo período de 2021 (1.719 MIP por coronavírus) observamos um crescimento de 3.306% de garantias honradas em decorrência do coronavírus (covid-19).

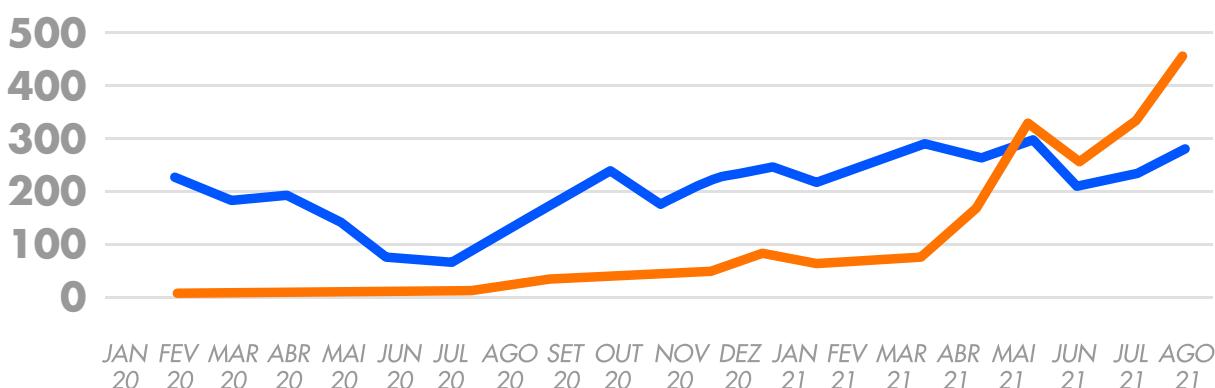
Enfim, cumprindo seu papel social, em 2020 e 2021, o Fundo Garantidor da Habitação Popular (FGHab) realizou o pagamento de 6.019 garantias por morte, das quais 1.958 (32,5%) foram causadas pelo coronavírus (covid-19), conforme demonstrado a seguir.

<b>Ano</b>	<b>MIP – Outras causas</b>	<b>MIP – Outras causas</b>	<b>MIP – covid-19</b>	<b>MIP – covid-19</b>	<b>Percentual de covid-19 em relação ao Total de MIP</b>	<b>Percentual de covid-19 em relação ao Total de MIP</b>
	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>Jan</b>	216	214	0	58	–	1,6%
<b>Fev</b>	185	240	0	69	–	1,9%
<b>Mar</b>	195	277	0	74	–	2,0%
<b>Abr</b>	149	264	5	159	0,22%	4,28%
<b>Maio</b>	81	291	6	329	0,26%	8,85%
<b>Jun</b>	71	210	4	251	0,17%	6,75%
<b>Jul</b>	124	227	12	323	0,52%	8,69%
<b>Ago</b>	172	275	25	456	1,09%	12,27%
<b>Set</b>	231		29		1,26%	
<b>Out</b>	184		37		1,61%	
<b>Nov</b>	219		47		2,04%	
<b>Dez</b>	236		74		3,21%	
<b>Total</b>	2.063	1.998	239	1.719	10,38%	46,25%

Data-base: agosto/2021

\*O aumento dos acionamentos de MIP motivados pelo coronavírus (covid-19), observado a partir de março de 2021, se deu em função do prazo para acionamento da garantia junto ao Fundo.

## Cobertura do Evento Morte - 2020 e 2021



## FG-FIES

FS7

O Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-FIES) é um Fundo privado, com patrimônio próprio dividido em cotas e tem por finalidade garantir ao FIES o crédito do financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos, contratados desde o primeiro semestre de 2018.

Foram integralizados no FG-FIES, até a posição 31 de dezembro de 2021, R\$ 3 bilhões, sendo R\$ 2 bilhões pela União e R\$ 1 bilhão pelas Mantenedoras de Instituição de Ensino, garantindo o financiamento para 265.074 estudantes, cujos contratos contam com a garantia do Fundo e totalizam o montante de R\$ 6,84 bilhões.

## FGEDUC

FS7

O Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) tem por finalidade garantir parte do risco em operações de crédito educativo formalizados até o segundo semestre de 2017 pelos agentes financeiros mandatários do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O pagamento das honras prestadas pelo FGEDUC é uma obrigação do Fundo perante a União e possui influência direta no cumprimento das metas de governo.

Inicialmente, a meta estabelecida para honra no exercício de 2021, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual 2021, era de R\$ 3,7 bilhões, e, posteriormente à publicação da referida Lei, o FNDE, agente operador do Fundo, apresentou à Administradora cronograma totalizando o montante de R\$ 5,2 bilhões, cujo valor foi alcançado com a honra de 227.693 contratos, dado nosso empenho e zelo na consolidação desse processo.

O Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-FIES) e o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), por serem instrumentos de garantias do risco das operações de crédito do FIES, apresentam-se intrinsecamente relacionados às políticas de fomento implementadas para viabilizar o acesso ao ensino superior a estudantes que, sem auxílio do Estado, não teriam como ingressar e se manter em instituições de ensino privadas.

## Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão e PPP FEP CAIXA

FS7

O Fundo de Apoio à Estruturação de Projetos de Concessão CAIXA (FEP) é um Fundo privado, constituído por prazo indeterminado e ao amparo da Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, com patrimônio próprio dividido em cotas, separado do patrimônio dos cotistas e da Administradora, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.

Foi criado com o objetivo de custear serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de projetos de concessão e parcerias público-privadas dos entes da federação, na forma da Lei nº 13.529, de 2017.

Em 2021, o FEP recebeu aporte no montante de R\$ 5,8 milhões da União. O portfólio de projetos conta com 45 contratos ativos para os quais houve o apoio da CAIXA. Foram investidos R\$ 13,5 milhões no ano, com uma população beneficiada estimada em 4,8 milhões de pessoas.

Foram assinados 16 contratos (expectativa de investimento de R\$ 66,7 milhões) distribuídos nos seguintes setores: Iluminação Pública (9), Resíduos Sólidos Urbanos (5), Unidades Socioeducativas (1) e Locação Social (1).

Cabe destacar que há previsão de assinatura de mais um projeto piloto, qual seja, unidade de ensino, no setor de educação infantil, modalidade creche, com o Consórcio Multifinalitário da Foz do Rio Itajaí (CIM-AMFRI).

Além disso, foram homologados/realizados 4 leilões relacionados à iluminação pública, cujos municípios beneficiados foram: Belém (PA) e Sapucaia do Sul (RS), nos quais foram investidos R\$ 5,5 milhões e houve um reembolso dos recursos ao FEP CAIXA no total de R\$ 6,5 milhões; e Patos de Minas (MG) e Campinas (SP), que aguardam a homologação para reembolso ao fundo.

## Fundo de Compensação Ambiental (FCA)

FS8

O Fundo de Compensação Ambiental (FCA) é um Fundo privado e destina-se a receber recursos de empreendedores públicos e privados, cujos empreendimento cause significativo impacto ambiental, conforme desti-

nação dos órgãos licenciadores para as unidades de conservação instituídas pela União.

O valor destinado pelo empreendedor à compensação ambiental para depósito no FCA pode variar, conforme o grau de impacto que o empreendimento vier a causar ao meio ambiente, e é estipulado pela Câmara Federal de Compensação Ambiental (CFCA).

O patrimônio do fundo deve ser obrigatoriamente aplicado nas Unidades de Conservação Federais em ações determinadas pelo órgão licenciador.

Em 2021, até o mês de dezembro de 2021 foram aportados na conta gráfica do Fundo (nº 1.305) o total de R\$ 244,4 milhões.

A execução do Fundo no período de janeiro a dezembro de 2021 totalizou o valor de R\$ 6,8 milhões, assim discriminado:

R\$ 5.563.345,72 – Pagamentos Regularização fundiária

R\$ 325.543,66 – Pagamento a fornecedores

R\$ 993.038,61 – Pagamentos de diárias

Fonte: SISFIN

## Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS

FS8

O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) é um Fundo público, de natureza contábil e financeira, criado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação – SFH pela Resolução nº 25/1967, do Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação – BNH, vinculado ao Ministério da Economia e administrado pela CAIXA, na forma do Decreto nº 4.378/2002.

Ao FCVS cabe assumir, em nome do mutuário, o saldo residual não amortizado dentro do prazo do contrato de financiamento e parte dos descontos concedidos nas liquidações antecipadas e nas transferências de contratos de financiamento habitacional.

Com o advento da Lei nº 12.409/2011, o FCVS passou a assumir os direitos e obrigações da extinta apólice pública do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação – SH/SFH, que contava com garantia de

equilíbrio permanente e em âmbito nacional do Fundo em 31 de dezembro de 2009, nascendo, assim, o FCVS Garantia.

Como garantidor das operações averbadas na extinta apólice pública do SH/SFH, o FCVS é responsável pela liquidação da dívida perante o agente financeiro no caso de Morte ou Invalidez Permanente do mutuário (MIP) e pela assunção das despesas com a recuperação do imóvel nas ocorrências de Danos Físicos no Imóvel (DFI).

Assim, são garantias de responsabilidade do FCVS aquelas destinadas à preservação de patrimônio das famílias que financiaram seus lares pelo SFH e, ao mesmo tempo, que possibilitam ao Governo o cumprimento de metas relacionadas ao desenvolvimento social, com a consolidação do direito à moradia, à materialização do sonho da casa própria ao cidadão brasileiro.

Em 2021, houve destaque para o valor de novação de dívidas do Fundo junto às instituições financeiras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional, firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, normatizada pela Lei nº 10.150/2000, e para os pagamentos administrativos e judiciais em ocorrências de Morte ou Invalidez Permanente do mutuário (MIP) e Danos Físicos no Imóvel (DFI), decorrentes da Lei nº 12.409/2011.

Foram novados R\$ 6,71 bilhões e houve pagamento de eventos de MIP e DFI no valor de R\$ 823 mil, o que beneficiou mais de 99.579 famílias.

O Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) resulta em benefícios à sociedade brasileira em dois momentos distintos, sendo o primeiro o benefício direto e imediato, que ocorre quando, por decisão do mutuário, este resolve liquidar o seu contrato de financiamento, deixando de ter a responsabilidade pelo pagamento das prestações mensais, do saldo residual do financiamento, bem como a concretização da desobrigação do seu imóvel, em virtude da devida liberação do gravame hipotecário. O segundo momento diz respeito à novação de dívidas, em que os recursos decorrentes dos descontos concedidos retornam aos agentes financeiros por meio de títulos Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pela União, podendo estes serem direcionados à concessão de novos financiamentos habitacionais e, consequentemente, à redução do déficit habitacional do Brasil.

No tocante ao FCVS Garantia, os maiores benefícios estão na certeza de que, em havendo morte ou invalidez permanente do mutuário ou ainda na ocorrência

de danos físicos a seu imóvel, este Fundo cobrirá o saldo remanescente do contrato ou restituirá o imóvel em condições similares às anteriores ao evento de Danos Físicos no Imóvel (DFI), de forma a trazer benefícios não só financeiros, mas também para garantir a tranquilidade da manutenção da moradia própria.

Os critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições para o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) encontram-se alinhados à nossa Política de Responsabilidade Socioambiental que, para garantir a sustentabilidade nos seus negócios, integra as dimensões social e ambiental em sua estratégia para incorporar os princípios e diretrizes dessa política nos negócios, processos e relacionamento com as partes interessadas.

## Indicadores de Políticas Públicas

Os indicadores de políticas públicas permitem alavancar os objetivos estratégicos da Estratégia Corporativa do Conglomerado CAIXA e consolidam a CAIXA como o maior parceiro do governo na execução das políticas públicas.

Listam-se a seguir exemplares de indicadores de políticas públicas, em linha com a exigência da Lei nº 13.303, de 30/06/2016, e seu Decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, quais sejam:

O Indicador Efetividade de Execução de Políticas Públicas (IEEPP) buscou mensurar a efetividade da execução de políticas públicas a partir da Contratação e Desembolso em Financiamento Saneamento e Infraestrutura, e também a Inclusão Digital e Bancária de Beneficiários de Programas Sociais.

Está alinhado ao papel da CAIXA enquanto principal agente financeiro de ações de desenvolvimento de setores estratégicos, como Energia, Logística, Saneamento Básico, Mobilidade Urbana e Suporte a Estados/DF/Municípios. Essas ações promovem a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população, contribuem para a cidadania, geram empregos e promovem o desenvolvimento urbano sustentável do país, atrelado às políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

O valor de Contratação em Financiamento Saneamento e Infraestrutura no ano atingiu o montante de R\$ 5,9 bilhões. Os Desembolsos em Financiamento Saneamento e Infraestrutura alcançaram R\$ 6,4 bilhões no ano, influenciando positivamente a margem de contribuição do governo.

No que tange à Inclusão Digital e Bancária de Beneficiários de Programas Sociais, a CAIXA, enquanto Agente Operador e de Pagamento de Benefícios Sociais e Programas ao Trabalhador, reforça seu posicionamento de principal executora de políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal, consolidando sua posição também como banco de impacto social, inovador e rentável.

O indicador Pagamento do FGTS de Forma Digital, selecionado com o objetivo de otimizar o processo de saque do FGTS, ampliando a percepção positiva na experiência do cliente em relação ao atendimento da CAIXA, mediante otimização do processo e desoneração de atendimento presencial nas agências, reforça o compromisso da CAIXA com a melhoria do atendimento ao trabalhador. O saque 100% digital, que possibilita ao trabalhador efetuar o saque das contas FGTS sem a necessidade de comparecer a uma agência da CAIXA, garantindo mais comodidade e conforto, foi responsável por aproximadamente 29,2 milhões de saques, cujos valores sacados totalizaram R\$ 48,4 bilhões.

The background of the slide features a photograph of a modern, light-colored building with large windows and a flat roof. In front of the building, several tall palm trees are visible against a clear blue sky with a few wispy clouds. A prominent blue arrow shape points diagonally across the left side of the slide.

**CAPÍTULO 2**

# **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A tall, rectangular sign for AXA. The word "AXA" is written vertically in large, bold, blue letters. To the left of "AXA", there are two diagonal stripes: one red and one orange. Above the main sign, a smaller blue rectangular panel displays the text "Edifício Sede Goiânia Corporate Financial Center".

Edifício Sede  
Goiânia Corporate  
Financial Center

## Governança Corporativa

Nossa atuação em governança corporativa tem como objetivo dirigir, monitorar e incentivar toda a CAIXA para a otimização do seu desempenho e proteção dos direitos de todas as partes interessadas, visando maximizar nossos resultados socioeconômicos.

Alinhada às diretrizes legais e dos órgãos reguladores, utilizamos outros instrumentos de governança, além da presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, os quais norteiam a atuação dos nossos agentes, garantindo a efetividade e qualidade no processo decisório. Os princípios de governança adotados pela CAIXA, assim como nossos instrumentos de governança, podem ser consultados no Capítulo 3, "Governança, Estratégia e Desempenho", página 75 do Relatório de Gestão.

## Estrutura e Ações de Governança

Possuímos uma estrutura de governança que privilegia a decisão colegiada ágil, responsável, assertiva e descentralizada, por meio da constituição de colegiados internos, como forma de propiciar sinergia entre as áreas da CAIXA, evitar conflitos de interesses e resguardar os interesses da empresa e suas subsidiárias.

A estrutura de órgãos colegiados de decisão da CAIXA pode ser consultada no Capítulo "Estrutura de Governança CAIXA", página 57 do Relatório de Gestão.

O fortalecimento da governança corporativa é um de nossos objetivos estratégicos, e nos permite fomentar a adequada avaliação de negócios e operações, assim como a mitigação de riscos futuros. As principais medidas adotadas para aprimorar a governança no ano de 2021 estão listadas no Capítulo 3, "Governança, Estratégia e Desempenho", página 75 e sequentes do Relatório de Gestão.

## Gestão do Conglomerado Caixa

A forma como fazemos a gestão do nosso Conglomerado está descrita em "Modelo de governança da entidade em relação às empresas do Conglomerado", na página 61 do Relatório de Gestão.

## Controles Internos e Gerenciamento de Riscos e Capital

Dispomos de um Sistema de Controles Internos, constituído por um conjunto de políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados por todos os empregados, que objetiva promover condições para que a instituição realize suas atividades de acordo com leis e normas externas a elas aplicáveis, além de manter e fornecer informações gerenciais e financeiras confiáveis, mitigando os riscos associados a tais atividades.

Além do alinhamento às normas vigentes, adotamos boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo os indicadores de risco e capital reportados periodicamente à Alta Administração como um dos subsídios à tomada de decisão.

Mais informações disponíveis no Capítulo "Riscos, Oportunidades e Expectativas", página 66 do Relatório de Gestão, e no Capítulo "Ética e Integridade", na página 185 do Relatório de Sustentabilidade.

## Dados Econômico-Financeiros

As informações orçamentárias, financeiras e contábeis da CAIXA para o exercício de 2021 estão disponíveis no Capítulo 5, "Informações orçamentárias, financeiras e contábeis", página 125 do Relatório de Gestão.

## Descrição da Composição e da Remuneração da Administração

A remuneração dos dirigentes CAIXA é composta pelas parcelas de remuneração fixa, variável e benefícios, que anualmente são aprovadas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e, posteriormente, pela Assembleia Geral.

No que tange especificamente à remuneração variável, anualmente é aprovado o Programa de Remuneração Variável dos Dirigentes CAIXA (RVD), cujo objetivo é reconhecer o desempenho dos dirigentes na

busca de melhores resultados à empresa, por meio de um programa de remuneração variável meritocrático, vinculado diretamente ao planejamento estratégico da instituição.

No que se refere à remuneração fixa, destacamos que no exercício de 2021 não houve aumento de valores com relação aos anos de 2020 e 2019.

A remuneração do Presidente, Vice-Presidentes, Diretores, Conselheiros de Administração e Fiscal e membros dos Comitês de Auditoria e Independente de Riscos é disponibilizada no endereço <https://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa/comite-remuneracao/Paginas/default.aspx>, em "Documentos", na opção "Remuneração de Dirigentes CAIXA".

## Comentários dos Administradores

Somos o Banco de Todos os Brasileiros. Estamos presentes em mais de 99% dos municípios do país, com 26,7 mil pontos de atendimento físicos, sendo 4,3 mil agências e postos de atendimento, 13,4 mil unidades lotéricas, 9,0 mil correspondentes bancários exclusivos, 9 agências-caminhão e 2 agências-barco.

No ano de 2021, com a continuidade da pandemia da covid-19, mantivemos a operacionalização do Auxílio Emergencial, fornecendo proteção emergencial no período de enfrentamento à crise, com o pagamento de 258 milhões de parcelas do Auxílio Emergencial 2021, correspondentes ao montante de R\$ 60,3 bilhões em benefícios pagos. O pagamento do Auxílio Emergencial é o maior movimento de inclusão social, digital e financeira do país.

Também atuamos como agente de políticas públicas em diversos outros programas, como o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm), Bolsa Família, Seguro-Desemprego e Seguro-Defeso, Abono Salarial, benefícios previdenciários, assim como em outros programas federais, estaduais e municipais de transferência de renda e pagamento emergencial e regular de FGTS, totalizando R\$ 1,3 trilhão de pagamentos entre 2019 até o fim de 2021 e beneficiando mais de 121,3 milhões de pessoas.

Apresentamos resultados sólidos focando em produtos-chave, tais como crédito imobiliário, agronegócio, consignado e para as médias e pequenas empresas. Em 2021 nosso lucro líquido totalizou R\$ 17,3 bilhões, 31,1% maior que o valor de R\$ 13,2 bilhões apresentado em 2020.

O volume de contratações no segmento imobiliário em 2021 foi o maior da história. Esse resultado refletiu no saldo da carteira habitacional, que também foi recorde, finalizando 2021 com o valor de R\$ 557,61 bilhões, representando 6,0 milhões de contratos ativos. Todo esse volume de financiamentos gerou desenvolvimento para todas as regiões do Brasil: são 7,6 mil obras em andamento por todo o país, com 1,0 milhão de unidades habitacionais em produção, gerando 2,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

No agronegócio, em nossa primeira participação, iniciamos o ano-safra 2021-2022 com a oferta de R\$ 35,0 bilhões em recursos de crédito, que visam beneficiar, principalmente, agricultores familiares e pequenos e médios produtores rurais, além de agroindústrias e cooperativas. Em 2021, as contratações totalizaram R\$ 15,5 bilhões no ano. Com esse resultado o saldo da carteira agro cresceu 113,6% em relação a 2020 e em menos de 2 anos passamos do 8º para o 3º lugar entre as 10 maiores instituições financeiras no segmento ao final do exercício de 2021.

Fortalecemos nossa estratégia de contratação no segmento empresarial, focando nas micro e pequenas empresas e adotando uma política que prioriza o acesso ao crédito ao maior número de empreendedores, o que proporciona uma carteira mais pulverizada e com menor exposição ao risco do crédito, uma vez que a concessão de valores é feita a uma quantidade maior de empresas. Fomos o primeiro banco a contratar a linha de crédito PRONAMPE, liderando com mais de 35,7% do volume de concessão, beneficiando mais de 202 mil empresas, considerando o acumulado desde 2020.

Promovemos a redução das taxas de juros dos principais produtos com o intuito de proporcionar um acesso mais justo ao crédito, mantendo rentabilidade nos negócios e atendendo assim os pequenos empreendedores.

Disponibilizamos nova linha de crédito exclusiva aos caminhoneiros para antecipação do pagamento de custos de frete. Com taxa de juros a partir de 1,99% ao mês, a operação de capital de giro beneficia toda a cadeia de transporte rodoviário de carga, ao disponibilizar os recursos diretamente na conta dos transportadores autônomos.

A linha de crédito Antecipação do Saque-Aniversário FGTS foi ajustada, beneficiando mais de 2,3 milhões de clientes, sendo 1,3 milhão destes negativados, em 7,4 milhões de operações. Foram R\$ 15 bilhões injetados na economia, o que representa 40% de todo o valor emprestado no Brasil para essa linha de crédito.



No segmento Governo, realizamos a revisão das políticas internas de financiamento à infraestrutura e saneamento, permitindo que municípios de menor porte, que até então não eram contemplados com financiamentos, tivessem acesso às operações de crédito com recursos CAIXA. Com a alteração da estratégia, 678 entes (municípios/estados), que não possuíam operação de crédito com o banco até o ano de 2018, realizaram seu primeiro contrato com a CAIXA.

As diversas ações de gestão com foco em boa governança e integridade levam a CAIXA a um reconhecimento por diversos entes de fiscalização, supervisão e controle, como reconhecimentos realizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU), Banco Central do Brasil (BACEN) e Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), dos quais destacamos:

- Melhor nota em Índice de Governança e Gestão Pública (iGG) entre as Instituições Financeiras;
- Nota máxima no IG-SEST (nota 10 no 5º Ciclo);
- Melhor rating no SRC – Sistema de Riscos e Controle emitido pela Supervisão Bancária do Banco Central;

- 1º lugar no Prêmio Rede Governança Brasil;
- Corregedoria CAIXA reconhecida pela CGU como uma das melhores do país;
- Melhor nota global no quesito Ambiental pela Moody's; e
- Único banco da América do Sul com o maior rating ESG Social atribuído em "Relações com a comunidade, acesso social, preços acessíveis" pela Fitch Ratings.

O resultado da CAIXA no ano de 2021 representa toda a dedicação de nossos empregados e colaboradores, que atuam reforçando o nosso compromisso de continuarmos sendo o Banco de Todos os Brasileiros.

A presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa cumpre seu objetivo com a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos das políticas públicas pela CAIXA, em atendimento ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou sua criação, com definição dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos.

#### **Conselho de Administração da CAIXA.**